

Unificação Italiana, Alemã e Comuna de Paris

Para se entender o processo de unificação da Itália e o da Alemanha, é necessário analisar a configuração geopolítica da Europa já no início do século XIX, tendo como base as decisões tomadas pelo Congresso de Viena (1814-1815). O princípio de compensações utilizado durante esse Congresso definia que as grandes potências que derrotaram Napoleão, libertando a Europa, deveriam receber uma recompensa em contrapartida. A Áustria, governada pelos Habsburgo, era uma dessas potências, cabendo-lhe os territórios italianos da Veneza e Lombardia e, ainda, o direito de indicar os governantes dos estados italianos de Módena, Parma e Toscana. O único estado que manteve a sua autonomia na Península Itálica foi o reino de Piemonte-Sardenha, situado ao norte. Já entre os estados alemães, foi formada a Confederação Germânica, composta inicialmente de 38 estados associados e presidida politicamente pela Áustria. Para que houvesse de fato uma unificação entre os estados itálicos ou germânicos seria necessário, portanto, eliminar a influência austríaca daquelas respectivas regiões.

Devido à hegemônica força política e militar do Império Austríaco, tanto o processo de unificação da Itália quanto o da Alemanha ocorreram somente no século XIX e foram marcados por conflitos internos e externos. É importante ressaltar que, após o Congresso de Viena, estabeleceu-se relativa paz no continente europeu. Assim, os principais conflitos ocorridos na Europa, no período entre o Congresso de Viena e a Primeira Guerra Mundial, foram as guerras decorrentes das unificações e a Guerra da Crimeia (1853-1856).

Outro ponto a se ressaltar é que as duas unificações foram processos elitistas e, logo, nada democráticos. O povo, colocado à margem dos processos, assistiu à burguesia italiana do norte e à aristocracia prussiana liderarem, respectivamente, as unificações na Itália e na Alemanha. Além da participação das elites nos projetos centralizadores, dois estados independentes – Piemonte, no caso italiano, e Prússia, no caso alemão – tiveram grande influência na condução dos novos governos.

Devido à condução desse processo coordenado, vários historiadores consideram que a Itália e a Alemanha até hoje guardam claras heranças dos estados que as originaram e, por isso, podem ser consideradas extensões de Piemonte e da Prússia, respectivamente.

Ao final do século XIX, os dois países – que até então eram compostos de vários estados sem unidade – encontravam-se em acelerado desenvolvimento, afinal, as mesmas elites que patrocinaram a centralização política de ambos os Estados passaram a comandá-los politicamente. Assim, itálicos e germânicos passaram a concorrer com as grandes potências da época, Inglaterra e França, provocando o fim do equilíbrio europeu. Por esse motivo, as unificações foram responsáveis pela exacerbação dos nacionalismos europeus que levaram à Primeira Guerra Mundial.

UNIFICAÇÃO ITALIANA

Desde o contexto das revoluções liberais, no século XIX, os reinos da Península Itálica já demonstravam o desejo de promover um processo de unificação. Naquele momento, Giuseppe Mazzini, à frente da sua instituição – Jovem Itália –, comandou uma insurreição em prol da unificação. O projeto de Mazzini incluía as massas italianas, acreditando que a unificação emanaria das camadas populares.

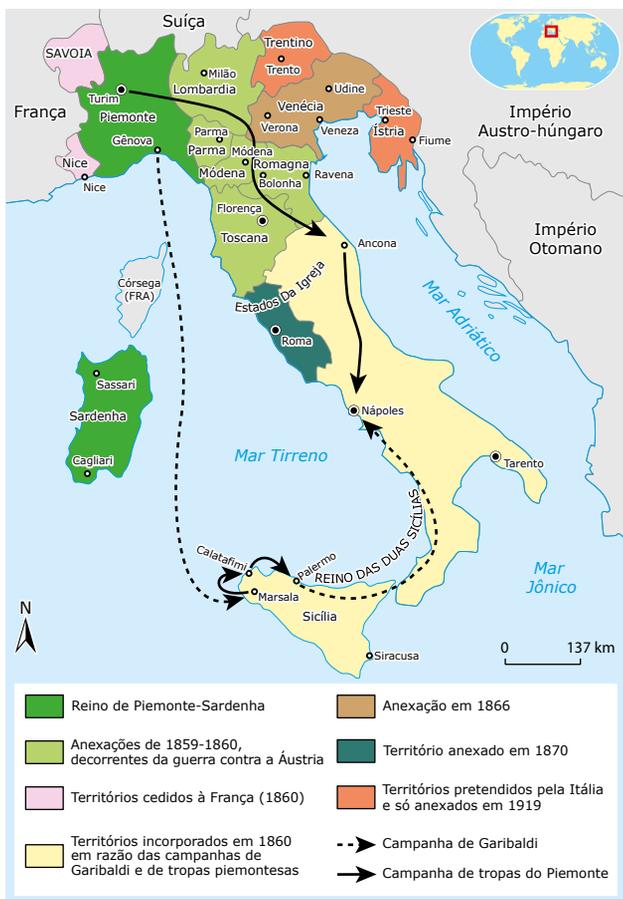
A proposta democrática de Mazzini não agradava às elites da região. Visando enfraquecer aquele movimento, elas dividiram os rebeldes, apoiando outra proposta de unificação, que deveria ocorrer sob a tutela de Vítor Emanuel II, rei de Piemonte-Sardenha, o único reino independente do norte da Península.

Dessa forma, coube a Camilo de Cavour, primeiro-ministro de Vítor Emanuel II e defensor da causa monárquica, a responsabilidade pelo início do processo de unificação. Uma das justificativas para a liderança de Piemonte-Sardenha no processo de unificação era a riqueza desse reino, que contrastava com o caráter agrário dos estados do sul da Península. Apesar de serem vistos como os líderes ideais do processo de unificação, os piemonteses tinham como grande obstáculo para esse processo a hegemonia da Áustria, que, desde o Congresso de Viena, dominava diversos estados itálicos.

Percebendo as dificuldades que enfrentaria, Cavour passou a buscar aliados no continente europeu, afinal, a Áustria era uma potência militar. Assim, a França, que desejava enfraquecer o Império Austríaco e, logo, aumentar a sua zona de influência na Europa, prontificou-se a apoiar a causa da unificação, desde que, em troca, recebesse as regiões de Nice e Savoia. Com o apoio das tropas de Napoleão III, Cavour pôde, enfim, travar uma guerra contra a Áustria, que foi derrotada pelas tropas francesas e piemontesas em 1859.

Ainda naquele ano, como sanção à derrota na guerra, a Áustria foi punida com a perda de Lombardia, Toscana, Romagna, Parma e Módena, regiões anexadas ao reino de Piemonte. As regiões de Savoia e Nice também se libertaram do domínio austríaco e, conforme havia sido acertado, passaram para o controle dos franceses. A exceção foi a região de Venécia, que, apesar de também estar no norte da Península Itálica, continuou subordinada ao Império Austríaco.

Fases do processo de unificação da Itália



SERRYN, Pierre; BLASSELLE, René. *Atlas Bordas géographique et historique*. Paris: Bordas, 1996.

Diante da vitória das tropas unificadoras, diversas outras regiões da Península Itálica, como os Estados Pontifícios, que também se encontravam subordinadas a outras nações, organizaram revoltas buscando a sua libertação. Essa expansão das revoltas, no entanto, não interessava aos católicos franceses, pois temiam pela integridade do poder do papa, que até então governava o centro da Península. Assim, a ala católica conservadora francesa pressionou Napoleão III a retirar o seu apoio a Piemonte-Sardenha, o que de fato ocorreu.

Se, ao norte, o reino de Piemonte foi o grande responsável pela libertação de diversos estados, no sul, destacou-se a figura de Giuseppe Garibaldi, revolucionário republicano que havia lutado na Farroupilha, no Sul do Brasil, e que, comandando mil homens, os Camisas Vermelhas, invadiu o Reino das Duas Sicílias e o de Nápoles em 1860. Devido ao seu caráter republicano, Garibaldi não concordava com o processo de unificação comandado pelo reino de Piemonte. Ao mesmo tempo, ele também sabia que os sulistas não eram fortes o bastante para liderarem a unificação. Diante dessa situação, Garibaldi acabou se retirando das lutas para não atrapalhar o processo iniciado por Piemonte-Sardenha, entregando, assim, as regiões conquistadas ao sul para serem integradas às conquistas piemontesas.



As três eras do grande general Giuseppe Garibaldi, campeão da causa italiana (Romagna e Veneto, 1848, Sicília 1860 Lombardia 1859). Séc. XIX. Bolonha. Museu Cívico do Risorgimento. Autor desconhecido.

Em 1866, enquanto ocorria a Guerra Austro-Prussiana, conflito que fez parte do processo de unificação da Alemanha, os italianos aproveitaram-se das derrotas austríacas para conquistar Venécia. Assim, a Áustria, tendo de enfrentar dois inimigos, em duas frentes de batalhas, acabou derrotada em ambos os conflitos e, logo, foi obrigada a ceder Venécia aos italianos.

No final da década de 1860, portanto, foi criado um Estado unificado, com as suas fronteiras bem definidas no norte e no sul da Península Itálica, sendo que os Estados Pontifícios, protegidos por Napoleão III e situados na região central, impediam a completa unificação italiana.

Foi necessário o início da Guerra Franco-Prussiana, em 1870, para que os italianos, aproveitando-se do enfraquecimento francês, conquistassem os Estados papais. Vale ressaltar que, naquele momento, a França estava sendo derrotada pelos prussianos, por isso, retirou suas tropas da Itália.

Como o chefe da Igreja Católica e os seus domínios ficaram desprotegidos, as tropas piemontesas não hesitaram e, naquele mesmo ano, asseguraram a conquista dos territórios sob domínio do papa. Estava praticamente completo, portanto, o processo de unificação da Itália, apesar de pequenas regiões no norte italiano – Trieste e Trentino, regiões conhecidas como Itália Irredenta – continuarem sob domínio austríaco até o final da Primeira Guerra, quando foram, então, entregues aos italianos.

Também no século XX, foi resolvido o conflito gerado entre a Igreja Católica e o Estado italiano, conhecido como Questão Romana. O processo de unificação italiana havia desagradado ao papa, que se declarou um prisioneiro dos italianos. A solução, em 1929, veio com o Tratado de Latrão, pelo qual Mussolini, primeiro-ministro da Itália fascista, desejando o apoio da Igreja, criou o Estado do Vaticano, indenizou a Igreja pelos territórios perdidos e instituiu o Ensino Religioso nas escolas italianas.

UNIFICAÇÃO ALEMÃ

A Confederação Germânica, ratificada pelo Congresso de Viena, era uma entidade política formada por estados alemães e submetida ao controle político da Áustria. Assim como no caso italiano, em 1849, após as revoluções liberais que se alastraram pela Europa, houve uma fracassada tentativa de eliminar o domínio austríaco na região e de promover a unificação. O fracasso do movimento ocorreu devido ao poderio bélico austríaco e também à atuação das elites germânicas, que, percebendo a participação de operários no processo revolucionário, abandonaram o projeto unificador e criaram meios de facilitar a repressão por parte do Império Austríaco.

Apesar da repressão ao movimento de unificação na primeira metade do século XIX, o projeto de libertar e unificar os estados subordinados aos austríacos não foi abandonado. Nesse sentido, conforme o desejo das elites germânicas, a unificação alemã foi arquitetada por Otto von Bismarck, primeiro-ministro da Prússia e também representante dos *junkers*, grandes proprietários de terras que defendiam o uso da força para a construção do Estado Nacional alemão. Antes de concretizar a sua hegemonia sobre os estados germânicos, no entanto, os prussianos deveriam eliminar por completo a influência austríaca que era exercida na região.



Ludwig Knaus / Domínio Público

KNAUS, Ludwig. *Retrato do Chanceler Fürst Otto von Bismarck*. Data indefinida. Óleo no painel, 20,1 x 29,6 cm.

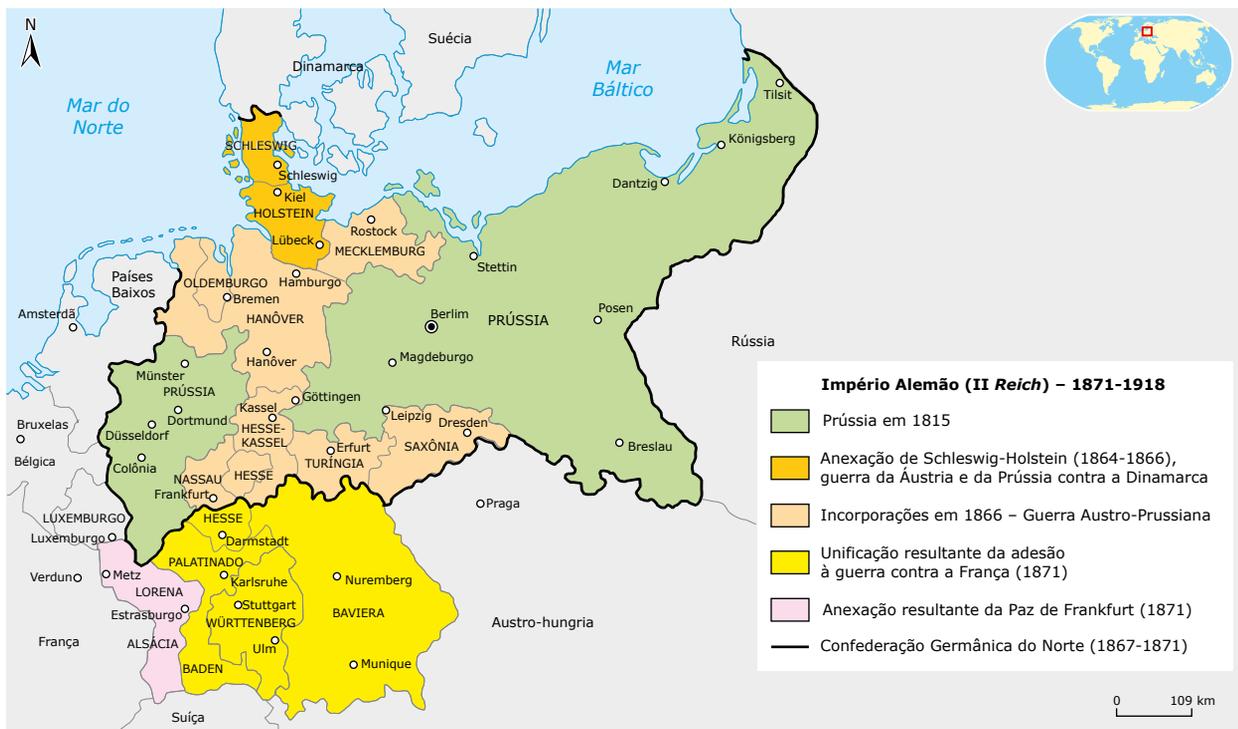
O primeiro passo nesse processo foi a instituição da *Zollverein* (1818), uma tentativa de unificar a economia dos estados germânicos e a da Prússia. O acordo estabelecia uma união aduaneira entre as regiões, o que facilitaria a circulação de seus produtos em toda a Alemanha. Assim, se a Áustria exercia um domínio político sobre os estados germânicos, a partir da criação da *Zollverein*, cabia à Prússia controlar a economia da Confederação, o que gerou uma grande insatisfação por parte dos austríacos.

Além da eliminação das barreiras alfandegárias no comércio entre a Confederação Germânica e a Prússia, esta procurou, principalmente sob o comando de Bismarck, organizar um grande Exército que pudesse fazer frente às forças que se mostrassem contrárias ao projeto unificador. Pode-se afirmar, portanto, que a unificação alemã, assim como a italiana, foi concretizada por meio de diversas guerras, que serão detalhadas a seguir.

Guerra dos Ducados (1864) – Interessadas nos ducados de Schleswig e Holstein, até então vinculados à Dinamarca, a Áustria e a Prússia deixaram suas diferenças de lado para expandirem suas respectivas zonas de influência. Dessa forma, as duas forças se uniram contra a Dinamarca, que não tinha condições de resistir à investida. Conforme havia sido previamente combinado, após a derrota dos dinamarqueses na Guerra dos Ducados, os prussianos ficaram com o controle de Schleswig e aos austríacos coube o controle do ducado de Holstein.

É importante ressaltar que, apesar da união entre a Áustria e a Prússia em uma guerra contra a Dinamarca, o objetivo de Bismarck era realizar um confronto militar com o Império Austríaco, já que a Confederação Germânica continuava politicamente vinculada aos austríacos.

Fases do processo de unificação da Alemanha



Guerra Austro-Prussiana (1866) – Logo após a Guerra dos Ducados, Bismarck alegou que o Império Austríaco havia descumprido o acordo de divisão dos ducados, pois estaria realizando uma má gestão no ducado de Holstein. Esse, no entanto, era apenas um pretexto para iniciar um conflito com os austríacos, que, de fato, ocorreu em 1866. No momento em que a Guerra Austro-Prussiana se iniciou, a Itália, interessada em domínios austríacos, aliou-se à Prússia, favorecendo a derrota do Império Austríaco em poucas semanas.

Após a vitória dos prussianos, estes puderam, enfim, eliminar a influência austríaca na região alemã e, assim, criar a Confederação Germânica do Norte, reunindo não só economicamente, como previa a *Zollverein*, mas também politicamente vários estados que, a partir de então, foram integrados aos domínios da Prússia.

Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) – Diante da concretização do projeto unificador alemão, a França, temendo a perda de seu prestígio no continente europeu, manifestou-se contrária à continuidade do processo liderado pela Prússia. Através do seu imperador, Napoleão III, os franceses enviaram diversas cartas ao *kaiser* prussiano, Guilherme I, ameaçando-o quanto às possíveis sanções caso o projeto de unificação fosse levado à frente.

Com medo da represália francesa, em uma de suas cartas, Guilherme respondeu a Napoleão, alegando que não pretendia unificar toda a Alemanha. Bismarck, no entanto, não era favorável à postura pacificadora tomada pelo *kaiser* prussiano, por isso alterou o conteúdo da carta, fazendo com que esta passasse a ter um tom ameaçador e ofensivo a todo o povo francês. Além de alterar o conteúdo do documento, Bismarck ainda fez com que a carta fosse divulgada pela imprensa, o que tornou o conflito entre a França e a Prússia inevitável.

Como se pode perceber, o objetivo do primeiro-ministro prussiano era eliminar a resistência francesa à unificação alemã, além de fomentar o nacionalismo e unir todos os estados alemães em torno de um inimigo em comum, o que de fato conseguiu. Em aproximadamente seis meses, a França foi derrotada pela união dos alemães e Guilherme I foi coroado imperador de toda a Alemanha, em pleno Palácio de Versalhes, em território francês.

A França, por sua vez, pelo Tratado de Frankfurt, foi obrigada a entregar Alsácia e Lorena para os alemães, regiões ricas em minério de ferro e carvão. A conquista dessas regiões, em 1871, significou a finalização do processo de unificação da Alemanha e contribuiu para o desenvolvimento industrial do país. Entretanto, para os franceses, como tiveram de passar a importar minério de ferro e carvão, a perda dessas regiões acabou criando um forte sentimento de revanche, fator que, em partes, foi responsável pela eclosão da Primeira Guerra Mundial logo no início do século XX.



Julius Dreiner / Domínio Público

Representação do brasão da Prússia em 1871. Nas asas da águia negra, é possível ler o nome de alguns estados germânicos anexados pelos prussianos.

REFLEXOS NA EUROPA

Itália e Alemanha, após suas unificações, passaram por um intenso processo de industrialização e entraram na corrida imperialista disputando mercados com a Inglaterra e com a França, até então as grandes potências da Europa. O equilíbrio de forças na Europa se alterou e os conflitos tornaram-se latentes. A rivalidade entre os países europeus contribuiu para a eclosão da Primeira Guerra, afinal, além do revanchismo francês gerado pela perda da Alsácia e da Lorena, as nações alemã e italiana entraram atrasadas na corrida imperialista e acabaram, para atender seus interesses, formando uma aliança militar, que foi um dos elementos responsáveis pela deflagração do conflito.

REFLEXOS NO BRASIL

Com as guerras de unificação, o número de pessoas fugindo dos conflitos aumentou. Assim, o fluxo de imigrantes, majoritariamente italianos e alemães, para o Brasil se intensificou, aumentando a oferta de mão de obra, principalmente na cafeicultura. Essa imigração resolveu o problema brasileiro da carência de mão de obra, uma vez que a Lei Eusébio de Queirós (1850) proibia o tráfico negreiro justamente no momento em que a cafeicultura passava por uma fase de expansão devido ao aumento da demanda no mercado externo.

A expansão do café para o Oeste Paulista, por volta da segunda metade do século XIX, levou os cafeicultores da região a buscarem o trabalho assalariado, representado, principalmente, pelo imigrante europeu. Além disso, o governo brasileiro incentivava a vinda desses imigrantes, com base na crença da superioridade europeia, tão em voga no Velho Continente durante o século XIX.

As elites brasileiras acreditavam que o negro era inferior e despreparado para o trabalho na indústria, já que o trabalhador europeu tinha experiência nesse ofício.

Vale ressaltar que os imigrantes europeus não só atuaram na agroexportação, mas também na indústria. Esses trabalhadores dispunham de experiência nas lutas trabalhistas, impulsionando o movimento operário brasileiro. Os imigrantes, além disso, contribuíram significativamente para a formação da sociedade brasileira em várias áreas, como alimentação, cultura, técnicas agrícolas e capitais para o desenvolvimento industrial.

COMUNA DE PARIS (1871)

Quando a França se envolveu na Guerra Franco-Prussiana, em 1870, Napoleão III foi para a frente de batalha, imaginando que a sua presença aumentaria o fervor militar de seus soldados, que sofriam sucessivas derrotas para o Exército prussiano, mais bem preparado que o francês. A vitória esperada, no entanto, não aconteceu, e, assim, Napoleão III tornou-se prisioneiro dos prussianos após a Batalha de Sedan. Naquele momento, o imperador francês foi obrigado a assinar a rendição do seu país, decisão que não foi aceita pela população francesa em geral. Diante do impasse instalado no país, o Legislativo da França, que até então auxiliava o rei, organizou-se e proclamou uma república na França, conhecida também como Terceira República Francesa.

Essa república, liderada por Thiers, insistiu em manter a soberania francesa e, para isso, manteve as suas tropas na guerra. Mesmo com os esforços empregados pelo novo governo diante dos prussianos, as tropas não resistiram e voltaram a sofrer sucessivas derrotas. Temendo uma rebelião ainda maior, o governo republicano optou pelo mesmo caminho de Napoleão III, ou seja, assinar a rendição, reconhecendo a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana.

Se a atitude dos governistas republicanos assemelhou-se à do imperador deposto, as consequências sofridas pelo regime foram as mesmas e, em 1871, diante do fiasco das tentativas de defesa, as massas de Paris, lideradas por anarquistas e, principalmente, por comunistas, revoltaram-se e tomaram o controle da cidade. Milícias populares formaram-se e foi implantada a gestão operária em várias fábricas durante o período em que a chamada Comuna de Paris comandou as ações da capital francesa.

Durante esse curto período de aproximadamente 72 dias, apesar das evidentes conquistas operárias, houve também uma indecisão entre os *communards*, revolucionários que comandavam o movimento, pois, enquanto alguns achavam que era necessário criar uma aliança com a burguesia, outros defendiam a ideia da luta isolada do povo, sem o auxílio burguês.



Autor desconhecido / Domínio Público

Barricada montada pelos communards em Paris.

Aproveitando a indecisão dos *communards*, as elites parisienses, que haviam sido prejudicadas pela Comuna e temiam a realização de reformas ainda mais profundas, aliaram-se aos prussianos para acabar com a revolta. Assim, a aliança formada entre a alta burguesia francesa e as tropas prussianas derrotou a Comuna através de batalhas que resultaram na morte de milhares de franceses e também na detenção de vários outros. Apesar da aparente derrota do movimento de tendência comunista e anarquista, é importante ressaltar que a Comuna de Paris foi uma das primeiras experiências de governo popular da modernidade, chegando a inspirar Lênin, revolucionário russo de 1917.



Comuna de Paris

Assista a um vídeo que apresenta detalhes da Comuna de Paris. Entenda as razões e as consequências desse movimento.

AO HÔTEL DE VILLE!

Texto I

Atores e atrizes de Paris, pouco tempo depois de acabado o confronto entre versalheses e communards, eram convidados a encenar os principais episódios da Comuna. Cenas de massas em que os “vilões” eram os communards. Para que essas encenações? Para tirar fotos, a arte então em moda em Paris. E de muitas dessas fotos hoje não é possível dizer com certeza se correspondem à realidade ou a uma reconstrução “mitológica”. Bem, essa linha difusa de separação, a encontramos permanentemente presente em tudo o que diz respeito à Comuna. Mas ela não parece ser apenas esse tênue fiapo com que se mantêm juntas a reconstrução fotográfica e a realidade. É, na verdade, produto radical de uma transfiguração do espaço histórico que permite que uma guerra entre nações vá se deslizando passo a passo em direção a uma guerra civil. Não há história da Comuna se não se faz a história dessa transfiguração.

No entanto, não são essas as linhas historiográficas mais frequentes. Os historiadores da “nação francesa” veem a Comuna como um momentâneo desvio de rota, uma excrescência originada na derrota francesa às mãos de Bismarck. Basta uma rápida consulta a Seignobos para exemplificar esse modelo de tratamento. Por sua parte, os historiadores do “movimento operário” – aqui, por exemplo, bastaria uma não menos rápida pesquisa nos volumes escritos por Édouard Deolléans – interpretam-na como um ensaio vigoroso, talvez prematuro, da primeira caminhada revolucionária dos movimentos operários europeus, cheia de ensinamentos para os movimentos sociais posteriores. Não é sustentável, porém, a ideia de que a Comuna surge em um momento de “descuido” da nação em guerra exterior, como também não é convincente o elo rígido que a une aos movimentos revolucionários contemporâneos. Nem uma “exceção”, nem uma “necessidade”; ou, dito de melhor forma, ela parece ter muito de “necessária” aí onde os historiadores tradicionais a veem como um assalto inesperado e fora de qualquer regra, e parece ter muito de descuido e de “excepcionalidade” aí onde os historiadores dos movimentos trabalhistas a veem como o anúncio inexorável, apenas um pouco corrigível e modelável, que pede e reproduz infinita e linearmente seus herdeiros. Se essas nuances são válidas, elas justificarão este livro e seu duplo distanciamento (por diferentes razões) a respeito das duas grandes abordagens que, contemporâneas à própria Comuna, vêm nos dizendo uma ou outra vez como sonharam, como lutaram e como morreram os homens que ocuparam o Hôtel de Ville durante março, abril e maio de 1871.

GONZÁLEZ, Horácio. *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 114-115. [Fragmento]

Texto II

Na Paris sitiada, a lógica da guerra civil.

Quando chega a Paris a notícia de Sedan – Bonaparte III e o marechal Mac Mahon presos pelos prussianos –, os deputados republicanos, reunidos no Palais Bourbon, a velha sede do Legislativo, não duvidam. Era preciso não deixar escapar essa oportunidade única que lhes oferecia a marcha da guerra. É domingo em Paris e se proclama a República. Estamos a 4 de setembro de 1870. Dúvidas e hesitações. Onde proclamá-la? Uma voz, muitas vozes: “Ao Hôtel de Ville!” A partir de então, os acontecimentos terão como epicentro o edifício da municipalidade de Paris, antiga construção de linhas renascentistas, muito severas, datada de meados do século XVI. Sempre associado às insurreições urbanas, o velho prédio cairá com a Comuna, menos de um ano depois, entre as chamas de um fantástico incêndio. Entre gritos esparsos de “Vive la Commune” – um presságio – começa sua marcha à República, em mãos de um governo de defesa nacional, cuja tarefa principal será a de prosseguir a guerra que o Império tinha começado com tão pouco êxito. Diz-se “defesa nacional” como no século seguinte se dirá “resistência”.

Todos estão de acordo quanto a isso.

GONZÁLEZ, Horácio. *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 30-31. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UECE) O Movimento das Nacionalidades traz em si a concepção de nacionalismo e reafirma os princípios liberais aplicados à ideia de nação. Ao ressaltar eles étnicos, linguísticos e culturais, criam o arcabouço ideológico de algumas unificações europeias. Dos países unificados, no século XIX, destacam-se
- A) a Itália e a Alemanha. C) a Áustria e a França.
B) a Rússia e a Inglaterra. D) a Prússia e a Suíça.



(UFV-MG) A expressão *Risorgimento* designa o conjunto de movimentos heterogêneos que desejaram a unificação da Itália no século XIX. A vertente vitoriosa que promoveu a unificação da Itália foi

- A) o projeto republicano de Giuseppe Mazzini, que criou o movimento Jovem Itália.
B) o movimento popular e secreto dos Carbonários, que defendeu a instituição de um Estado unitário e laico, contra a influência da Igreja e do Império Austríaco.
C) o papado, que defendeu a instituição de uma monarquia teocrática com sede no Vaticano.
D) o movimento liderado pelo reino do Piemonte-Sardenha, que adotou uma monarquia constitucional laica e favoreceu a industrialização.

- 03.** (UEL-PR) As unificações italiana e alemã alteraram profundamente o quadro político da Europa no século XIX, rearticulando um equilíbrio de forças que resultaria na
- A) Primeira Guerra Mundial.
B) Revolução dos Cravos.
C) Guerra Civil Espanhola.
D) Revolta dos Cipaios.
E) Segunda Guerra Mundial.

- 04.** (Cesgranrio) Os movimentos nacionais, na Alemanha e na Itália, na 2ª metade do século XIX, além das diferenças políticas, têm como objetivo a
- A) unidade política e econômica como requisito para o desenvolvimento capitalista através do fortalecimento do Estado e da integração geográfica dos mercados.
B) independência econômica frente à intervenção econômica inglesa com a manutenção de estruturas de produção medievais.
C) valorização do arianismo como instrumento de recuperação do homem germânico e italiano e criador do "espaço vital".
D) construção de um Estado forte inspirado nos modelos orientais como base política para a recuperação da posição que Itália e Alemanha haviam ocupado no final do século XVIII.
E) manutenção de uma política de proteção territorial contra os interesses franceses, resultantes da expansão napoleônica, assentados numa perspectiva política conservadora.

- 05.** (PUC Minas) No processo de unificação da Itália de meados do século XIX, destacam-se, exceto
- A) A preocupação da burguesia em evitar qualquer aliança com a massa camponesa.
B) A permanência de um sistema oligárquico que garante os interesses dos grandes proprietários da terra.
C) A ação dos liberais moderados, liderado por Cavour, para impedir as tentativas revolucionárias.
D) A obtenção da unidade através do alargamento do estado piemontês e não de um movimento nacional.
E) O papel decisivo dos movimentos populares para a concretização da unidade italiana.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UFRGS-RS) Leia os itens a seguir que se referem a possíveis resultados imediatos da guerra Franco-Prussiana de 1870.

- I. A ocupação imperialista da Argélia pela França.
II. A fundação da Internacional pelos nacional-socialistas da Áustria.
III. O fim do II Império Francês de Luís Bonaparte e a instauração do II *Reich*.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I. D) Apenas I e III.
B) Apenas II. E) I, II e III.
C) Apenas III.



(Cesgranrio) Assinale a alternativa que apresenta uma afirmativa correta sobre o processo de unificação da Alemanha (1871) e da Itália (1870).

- A) Na Itália, a proclamação da República por Giuseppe Garibaldi, líder do movimento carbonário e republicano, estabilizou economicamente o país, permitindo a fixação das fronteiras internacionais italianas e sua unificação interna.
B) Na Itália, com o apoio do papa Pio IX, o movimento unificador difundiu-se a partir da cidade de Roma, sendo contrário aos interesses econômicos da burguesia do Piemonte e do norte do país.
C) Na Alemanha, Bismarck implementou a unificação com a ajuda econômica e militar do Império Austríaco, opondo-se à política separatista da Prússia de Guilherme I.
D) A criação da União Alfandegária (*Zollverein*) entre os estados alemães desenvolveu a industrialização e a economia da Confederação Germânica, culminando na unificação política com a criação do Segundo *Reich* (Império) Alemão.
E) Ambos os processos unificadores resultaram da derrota dos movimentos nacionalistas locais frente à reação das forças monárquicas reunidas pelo Congresso de Viena.

- 03.** (UECE) As unificações alemã e italiana, em 1860 / 1871, aconteceram, segundo os historiadores, a partir da chamada "via prussiana". Isso significa que
- foram realizadas de cima para baixo, isto é, a partir de uma aliança entre a burguesia e a aristocracia.
 - as mudanças ocorridas naqueles países correspondiam às expectativas plenas dos trabalhadores.
 - as mudanças foram feitas de baixo para cima, isto é, a partir de uma aliança entre setores populares e setores intelectuais da classe média.
 - as transformações políticas na Itália e na Alemanha se verificaram a partir de intervenções de potências estrangeiras, especialmente da Prússia.

- 04.** (UEG-GO) Quem saberá dizer quantos comunardos foram mortos durante a luta? Milhares foram massacrados posteriormente [...]. Esta era a vingança do "povo respeitável". Daquele momento em diante, um rio de sangue correu entre os trabalhadores de Paris e as "classes melhores". E daí em diante também os revolucionários sociais aprenderam o que os esperava se não conseguissem manter o poder.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 234.

No trecho citado, o historiador inglês Eric Hosbsbawn descreve as consequências sofridas pelos participantes da Comuna de Paris, ocorrida em 1871. Esse levante popular que cercou e estabeleceu um governo de inspiração jacobina na capital francesa foi resultado imediato

- da derrota francesa para o exército prussiano e das notícias do aprisionamento de Napoleão III em setembro de 1870.
 - da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, inspirada nas ideias de Karl Marx e Frederick Engels, em setembro de 1864.
 - do resultado das eleições para a Assembleia Nacional, que elegeu em sua maioria deputados ligados aos pequenos proprietários rurais.
 - do enfraquecimento político dos remanescentes do Antigo Regime que ainda ocupavam cargos públicos importantes na administração de Paris.
- 05.** (FGV) A unidade italiana – o processo de constituição de um Estado único para o país – conserva o sistema oligárquico [...] Isto não impede a formação do Estado, mas retarda a eclosão do fenômeno nacional.

POMER, Leon. *O surgimento das nações*, 1985. p. 40-42.

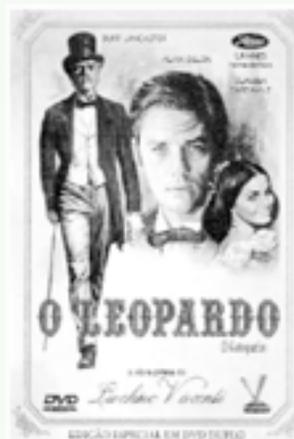
Fizemos a Itália; agora, precisamos fazer os italianos.

D'AZEGLIO, Massimo apud HOBBSBAWN, E. J. *A era do capital*, 1977. p. 108.

A partir dos textos, é correto afirmar que

- apesar de ter nascido antes da nação, o Estado italiano, unificado em 1871, representou os interesses dos não proprietários, o que implicou a defesa de mudanças revolucionárias, que tornaram o Estado não autoritário e permitiram a emergência do sentimento nacional, já fortificado pelas guerras de unificação.
- o Estado italiano, nascido em 1848, na luta da alta burguesia do norte pelo poder, representava os interesses liberais, isto é, a unidade do país como um alargamento do Estado piemontês, na defesa da pequena propriedade e do voto universal, condições para a consolidação do sentimento nacional que cria os italianos.
- em 1848, a criação do Estado italiano, pela burguesia do Reino das Duas Sicílias, foi uma vitória do liberalismo, pois a estrutura fundiária, baseada na grande propriedade, e a exclusão política dos não proprietários permaneceram, encorajando os valores nacionais, condição para diminuir as diferenças regionais.
- em 1871, o processo de unificação e o sentimento nacional estavam intimamente ligados, na medida em que a classe proprietária do centro da península, vitoriosa na guerra contra a Áustria, absorveu os valores populares nacionais, o que legitimou a formação do Estado autoritário, defensor das desigualdades regionais.
- o Estado italiano nasceu antes da nação, em 1871, como uma construção artificial, frágil e autoritária da alta burguesia do norte, cujos interesses de dominação excluíram as mudanças revolucionárias e atrasaram a emergência do sentimento nacional, ainda estranho para a grande maioria das diferentes regiões da península.

- 06.** (UERJ-2017)



Disponível em: <adorocinema.com>.

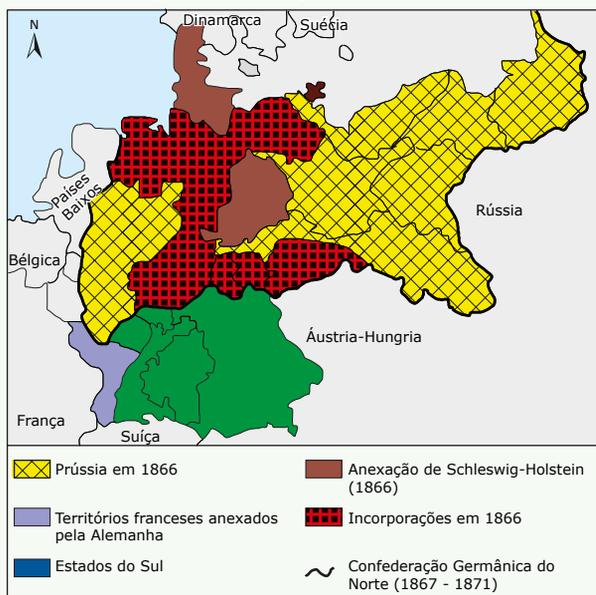
O *Leopardo*, de Tomasi di Lampedusa, publicado postumamente e popularizado pelo cineasta italiano Luchino Visconti, narra a decadência da nobreza e a ascensão de uma nova classe na Itália do final do século XIX, endinheirada, destituída de sangue azul, mas ávida para comprá-lo. A astúcia do aristocrata Tancredi o levou a perceber a necessidade de sobrevivência numa nova realidade. Em uma de suas falas, ele diz: "Se nós não estivermos presentes [na unificação], eles aprontam a República. Se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude. Fui claro?".

Disponível em: <revistabula.com> (Adaptação).

A frase do personagem Tancredi no filme *O Leopardo* sintetiza a postura da nobreza italiana em meio ao processo de unificação nacional na década de 1860. Apresente uma característica da unificação italiana que justifique a frase do personagem. Aponte, ainda, um efeito socioeconômico dessa unificação para o continente americano.

07. (UEMA) A ação da Prússia na condução do processo de unificação da Alemanha foi eficaz e, conforme pode ser observado na legenda do mapa ao lado, cronologicamente rápida. A anexação dos territórios que pertenciam à Dinamarca, ao Império Austro-húngaro e à França, todavia, só foi viabilizada por meio de intensos conflitos militares que, embora tenham ocorrido no século XIX, foram de fundamental importância para a definição das alianças que se enfrentaram na I Guerra Mundial (1914-1918).

Mapa da Unificação da Alemanha



PEDRO, Antonio et al. *História sempre presente*. São Paulo: FTD, 2010. v. 3.

Com base no mapa da Unificação Alemã, explique o conflito territorial envolvendo França e Alemanha, presente na Guerra Franco-Prussiana e na I Guerra Mundial.

SEÇÃO ENEM

01. A História possui rupturas e permanências, em que determinados processos se assemelham e, alguns até se repetem. Dentro da história europeia, é possível observar permanências durante o longo processo de construção de nacionalidade da Alemanha e na atual tentativa de promover a unificação europeia.

Podemos considerar como pontos comuns a esses dois momentos distintos da Europa:

- Nos dois momentos, há a presença de uma economia forte que pretende se expandir a partir de uma unificação econômica.
- Nos dois momentos, os objetivos principais foram atingidos a partir de um conflito armado de grandes proporções.
- A Inglaterra assumiu a liderança nos dois momentos citados, devido à sua visão cosmopolita da sociedade europeia.
- A eliminação da xenofobia foi um elemento que garantiu o sucesso das unificações nos momentos citados.
- A rivalidade entre França e Alemanha atrasou tanto a unificação alemã quanto a formação da União Europeia.

02. A unificação da Itália foi dificultada pelo controle que o Império Austro-Húngaro exercia em alguns estados do norte da Itália e pela presença de estados sob o controle do papado. Dessa forma, a centralização política foi viabilizada graças

- à presença de um estado livre e independente, o Piemonte-Sardenha, que liderou esse processo.
- ao fortalecimento do papado, que desejava criar uma unidade religiosa na Itália, região de influência protestante.
- à liderança de Cavour, primeiro-ministro do Piemonte, ferrenho defensor do republicanismo.
- ao grande desenvolvimento econômico do sul, desenvolvido industrialmente, que liderou a unificação.
- ao apoio dado à Itália pela França, que desejava ter um aliado católico, na Europa, para se opor à Inglaterra anglicana.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. D
- 03. A
- 04. A
- 05. E

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. D
- 03. A
- 04. A
- 05. E
- 06. A unificação italiana foi um processo liderado pelo reino da Sardenha-Piemonte, que tinha como objetivo retirar do território italiano a influência austro-húngara. Para tanto, o processo de unificação foi comandado pela elite sem participação popular e adotou uma monarquia constitucional. Muitos italianos, das classes populares, sobretudo camponeses pobres, emigraram para a América em busca de melhores condições de vida e tentando escapar dos conflitos sociais.
- 07. A Guerra Franco-Prussiana ocorreu nos anos de 1870 e 1871 e pode ser entendida como uma das etapas finais do processo de unificação da Alemanha. Tratava-se de uma guerra para garantir a força política dos estados nacionais envolvidos. A guerra terminou com a vitória do Império Alemão e com a assinatura do Tratado de Frankfurt, que confirmava a anexação da Alsácia e Lorena, regiões ricas em minério e carvão, a indenização de 5 bilhões de francos, a serem pagos pela França como reparação as perdas sofridas pela Prússia. Guilherme I da Prússia foi proclamado imperador do Segundo Reich no Salão de Espelhos do Palácio de Versalhes, o que foi considerado uma humilhação para os franceses. A anexação da Alsácia e Lorena pelos alemães gerou na França um forte sentimento de revanchismo, sendo uma das causas da Primeira Guerra Mundial.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. A



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %